

126 *E diz que não cede mais "em nada"*

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, adotou desde ontem um tratamento mais distante com o senador Dirceu Cardoso (sem partido-ES), advertindo publicamente, da Mesa Diretora, que não cederá "em nada", agindo estritamente dentro do regimento interno da Casa.

Esse endurecimento, adotado numa tentativa de impedir que o senador capixaba se exceda verbalmente ao solicitar com insistência a verificação de **quorum** nas votações dos pedidos de empréstimos a Estados e municípios, não impediu a obstrução exercida por Cardoso, mas já se nota o crescimento da insatisfação entre os senadores pelos excessos desse colega.

Ontem foi a vez do senador governista Luiz Cavalcante (AL) que, ao intervir no encaminhamento da votação do pedido de empréstimo de 30 milhões de dólares para Mato Grosso do Sul, observou que aplaudiria Cardoso "se ele mantivesse uma posição de coerência no tocante a essas transações financeiras". A seu ver, isso não ocorre pois o senador capixaba há um ano, exatamente no dia 16 de outubro, não obstruiu a votação de um pedido de empréstimo para o seu próprio Estado, o Espírito Santo, no va-or de US\$ 15 milhões, argumentando então, como recordou Cavalcante: "Não atiraria contra o Espírito Santo com a espingarda espalhadeira". Mas o alagoano foi contestado por Cardoso, para quem esse empréstimo foi diferente, pois destina-

va-se ao reescalonamento da dívida externa daquele Estado.

Depois de Cardoso reclamar contra a distribuição de um avulso adicional para instruir o projeto de autorização para Mato Grosso do Sul, Passarinho repeliu a insinuação de a Mesa estar enviando documentos aos senadores de forma sub-reptícia, informando que estava atendendo ao pedido de esclarecimentos quanto ao projeto, feito pelo senador Mendes Canale (PP-MS).

Após a sessão, Passarinho enviou carta a Cardoso, em termos corteses, porém firmes, pedindo sua colaboração para evitar atritos e para a manutenção da ordem na Casa. Diz que sempre o respeitou, bem como a sua atividade parlamentar, razão porque reclama reciprocidade de tratamento.